

Ata Circunstanciada da 61ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.	
INÍCIO ÀS 16H58	TÉRMINO ÀS 18H

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Antes de iniciar a sessão, eu gostaria de fazer uma homenagem, em nome da bancada do PT, composta pelo deputado Ricardo Vale, pelo deputado Chico Vigilante e pelo deputado Gabriel Magno, à nossa querida Clarice Zanella, que se aposentou recentemente. Foram 36 anos de serviço prestado à Câmara Legislativa. Foi ela quem redigiu as notas taquigráficas da primeira sessão desta casa e era servidora concursada da primeira legislatura. Eu queria chamá-la a vir até a mesa. Ela está acompanhada de sua mãe, dona Maria Helena. Se as 2 quiserem, venham à mesa para receber esta homenagem da Câmara Legislativa, até porque se trata de uma justa homenagem.

Suspendo a sessão para prestar esta homenagem à Clarice Zanella, um exemplo de servidora desta casa, que se aposentou recentemente. Peço a todos que estão no plenário uma salva de palmas para ela. (Palmas.)

(A sessão é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – A sessão está reaberta.

Quero cumprimentar os servidores da Defensoria Pública, que estão marcando presença neste plenário. (Palmas.)

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Por enquanto, só estou vendo nesta sessão o deputado Max Maciel e a deputada Dayse Amarílio.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, deputado Ricardo Vale, que preside esta sessão.

Saúdo todos aqueles que nos acompanham no plenário, na galeria e os servidores da

Defensoria Pública. (Palmas.)

O defensor Reinaldo tem feito um trabalho muito árduo para que votemos a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 21/2026, que tem o nosso apoio. Tão logo a proposta chegue à ordem do dia, esperamos fazer justiça.

Vocês sabem que, durante o nosso mandato, conseguimos ter um bom diálogo com cada um e cada uma de vocês e resolver problemas na ponta. Sei que, às vezes, vocês até cumprem funções que não são específicas da carreira e da missão da Defensoria. Vocês nunca abandonam a população quando chegam a um território, fazem cadastramento no Cras e encaminham demandas específicas. Temos muito orgulho, nesta gestão, por ter mandado recurso para a construção da Defensoria Pública no Sol Nascente. (Palmas.)

Defensoria Pública não se faz com prédios ou com *van*. Defensoria Pública se faz com gente. Precisamos dos analistas, dos estagiários, das equipes, dos técnicos, dos especialistas para fazer funcionar o acesso à justiça. Vocês sabem muito bem que tenho compromisso com a Defensoria Pública.

Presidente, no Distrito Federal, nós estamos passando por uma crise. Achávamos que já tinha havido crises piores, mas essa crise só piora, só escalona. É impressionante ver que sempre que há uma crise, o setor da cultura é o primeiro a ser criminalizado. Neste momento, estamos assistindo ao não pagamento do Fundo de Apoio à Cultura aos fazedores de cultura e a não classificação na PNAB, Política Nacional Aldir Blanc, para a injeção de mais recursos na cultura. Ontem, a governadora anunciou que não haveria o Festival de Cinema de Brasília. Ainda bem que ela conseguiu acertar o rumo.

Eu não sei se vocês sabem que o Festival de Cinema de Brasília só deixou de acontecer no período da ditadura militar. Em toda a sua história, com exceção da época da pandemia, aquele foi o único período em que o Festival de Cinema de Brasília não aconteceu. Se o governo insistisse em não realizar o Festival de Cinema, iria repetir a triste e amarga história de não produzir algo fundamental.

Imaginem o governo americano dizer que não haverá a cerimônia de entrega do Oscar. Era isso que o Governo do Distrito Federal estava sinalizando ao dizer que não haveria o Festival de Cinema de Brasília. Só no período da ditadura não aconteceu o Festival de Cinema. O Festival de Cinema de Brasília precisa ser respeitado.

Presidente deputado Ricardo Vale, deixo uma sugestão para a próxima legislatura.

A construção de uma sala de cinema de 250 lugares custa em torno de R\$1,5 milhão. Esta casa apoia o Festival de Cinema de Brasília. O vice-presidente deputado Ricardo Vale tem apoiado a entrega do Troféu Câmara Legislativa. Se durante os 32 anos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, os parlamentares tivessem destinado R\$1,5 milhão à construção de salas de cinema, haveria 1 sala de cinema em cada região administrativa do Distrito Federal. As pessoas teriam acesso a salas de cinema.

O Plano Piloto concentra 97 salas de cinema. Sabem quantas salas de cinema existem em Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo I? Zero salas de cinema. Mais de 1.300.000 pessoas moram nessas cidades.

Então, discutir o Festival de Cinema é também discutir a democratização não só da difusão, mas também da produção desse conteúdo, dessa arte. Fica aqui talvez o ensejo para que possamos espalhar esses equipamentos culturais e fomentar a sétima arte, dando às periferias a oportunidade de também se enxergarem nessa tela.

Essa, presidente, é a situação do Governo do Distrito Federal.

Além da cultura, estamos amargando outros setores que não receberam recursos e que agora estão voltando. Esperamos que o caixa melhore mesmo.

Eu gostaria, porém, de fazer outro debate, pedindo a vossa excelência mais 1 minuto.

Após o debate, a governadora foi a público dizer que não havia como publicar o relatório, deputado Gabriel Magno, porque precisava primeiro obter o empréstimo para depois apresentar o relatório do banco.

Eu acho muito difícil o banco dar o empréstimo para alguém sem a pessoa apresentar, por exemplo, se tem condições ou não de fazer o financiamento.

Nós já sabíamos disso e estamos avisando sobre essa situação.

É melhor ser sincero com a população. O relatório não está sendo publicado, porque não há o que publicar. A conta é simples. Se uma pessoa declara no Imposto de Renda que sua casa vale R\$500 mil, mas, em uma situação de aperto, vende esse imóvel por R\$300 mil, no exercício seguinte, haverá perda patrimonial. E eu nem sou especialista em regime tributário.

O BRB está há 1 ano vendendo ativos por valor inferior ao preço de aquisição. É óbvio que o balanço apresentará resultado negativo. Se o balanço for apresentado agora, o Banco Central será obrigado a liquidar o valor.

Sabem o que aconteceu? O Fundo Garantidor de Créditos disse o seguinte: ele só emprestará o dinheiro se vocês mostrarem o balanço. Agora o governo de Brasília está em uma situação de xeque-mate no xadrez.

Agora, como o governo explicará isso ao FGC? Ele vai dizer que o FGC não sabe das coisas? Porque foi exatamente isto que ela disse a nós do campo da esquerda: que não sabíamos das coisas, que estávamos sendo irresponsáveis e que o balanço só poderia ser publicado depois do empréstimo.

Agora quero vê-la explicar isso para o FGC.

Obrigado, presidente.

Encerro dizendo à população do Distrito Federal que chegou mais um crédito superior a R\$500 milhões. Conseguimos adiar sua apreciação por mais uma semana, até que o Governo do Distrito Federal explique, de fato, para onde irão os R\$508 milhões.

Chegou à casa o argumento de que esses R\$508 milhões, deputado Ricardo Vale, seriam para o pagamento da folha. Contudo, a fonte dos recursos, oriundos de cessão de direitos creditórios, não permite a remuneração de pessoas, destinando-se só a investimentos.

Então, o governo precisa esclarecer a questão, e terá 1 semana para fazê-lo. A Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana está de olho nessa questão de quais investimentos serão cobertos pelo recurso.

Não se pode usar a classe trabalhadora com a faca no pescoço, dizendo que, se o projeto não for aprovado, os trabalhadores sofrerão e não receberão seus pagamentos. Isso não é uma verdade. As empresas recebem o vale-transporte, recebem o que está nas catracas. Esse recurso é deles. Esse montante corresponde a cerca de 30% do valor dos recursos.

Deputado Ricardo Vale, para encerrar, aprovamos nesta casa um projeto de lei de transparência de dados. O governo o aprovou e o secretário Zeno regulamentou essa lei e a apresentou.

Hoje, qualquer cidadão pode acessar o portal de transparência de dados, conferir cada bacia de ônibus, cada empresa e cada linha, e saber exatamente sua efetividade. O endereço é mobilidadetransparente.semob.df.gov.br.

Até a data de ontem, presidente, havia 911 linhas cadastradas e 209 milhões de acessos registrados. O custo do serviço de transporte público, em 6 meses deste ano, foi de R\$1,777 bilhão.

Sabe quanto é o subsídio, ou seja, aquilo que nós todos – quem pega ônibus ou quem não o

pega – ajudamos a pagar? R\$1,366 bilhão. Essa conta já está paga. Era para estar todo mundo entrando no ônibus sem pagar R\$1 a mais na catraca.

Como o custo do sistema deu R\$1,777 bilhão, e o governo complementa R\$1,366 bilhão? O custo escalonou e precisa mesmo escalonar.

Por isso, deputado Ricardo Vale, defendemos a tarifa zero. Não se trata de retirar o subsídio. Está faltando 30% para que façamos com que quem hoje anda de ônibus não pague nada.

Se tivéssemos conseguido aprovar o Fundo de Transporte que apresentamos nesta casa, já chegaríamos nessa conta e não teríamos essa situação de créditos suplementares.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Quero comunicar aos servidores da Defensoria Pública presentes que, na reunião do Colégio de Líderes, ficou acertado que votaríamos hoje, em segundo turno, a Pelo nº 21/2026. No entanto, para isso, seria necessária a presença de 16 deputados em plenário. Provavelmente, não haverá 16 deputados, mas já há um acordo no Colégio de Líderes para a votação. Amanhã, provavelmente, não haverá votação. Então, certamente o segundo turno da Pelo nº 21/2026 será votado na terça-feira da semana que vem.

Estou avisando a vocês para que fiquem à vontade. Quem quiser permanecer pode fazê-lo, mas, infelizmente, certamente a matéria não será votada hoje. Nós que votamos favoravelmente à matéria no primeiro turno gostaríamos muito de resolver isso hoje. Porém, pelo que estou vendo, não haverá o quórum suficiente para a votação em segundo turno. Porém, fiquem à vontade.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sim. Há o registro de 18 deputados, mas presentes no plenário não estão todos eles. Estou vendo só 5. Portanto, está dado o aviso, mas já há um acordo nesta casa para aprovarmos a Pelo nº 21/2026 assim que houver quórum suficiente. Isso é justo, porque a Defensoria Pública merece. (Palmas.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante, líder do PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu tenho em mãos um documento que desmente, completamente, o que tem sido falado a respeito do empréstimo que o BRB está buscando com o Fundo Garantidor de Créditos.

O documento é um ofício dirigido à senhora governadora, que diz:

São Paulo, 6 de agosto de 2026.

Ao Governo do Distrito Federal

Gabinete da Governadora

Senhora governadora Celina Leão Hizim Ferreira

Com cópia para: Jairo Saddi, na qualidade de procurador da associada BRB; Departamento de Supervisão Bancária senhor Ailton; do Banco Central, senhor Ricardo Sivieri; senhor Marco Antonio Guimarães, Departamento de Organização do Sistema Financeiro; senhor Gilneu Francisco e Climério Pereira.

Prezada senhora governadora,

1. Acusamos o recebimento do ofício de vossa excelência datado de 31 de julho de 2026, ofício por meio do qual o Governo do Distrito Federal formaliza pleito de contratação de operação de crédito destinada à capitalização do Banco de Brasília.

2. Registramos, de início, que o Fundo Garantidor de Créditos até o momento não recebeu, quer por parte do GDF, ou do BRB, a totalidade das informações necessárias à análise do pleito

apresentado ao Fundo Garantidor pelo BRB a partir do Termo de Requerimento de Operação de Assistência, encaminhado em março do ano corrente, com destaque para as demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício de 2025 e, a este tempo do corrente exercício, também as demonstrações financeiras auditadas do primeiro semestre de 2026. Trata-se de documentação essencial à avaliação da situação econômico-financeira da instituição associada e, por conseguinte, à adequada apreciação do pleito formulado.

3. Sem que a análise possa ser concluída pelo Fundo Garantidor, o fundo se encontrará impedido de atestar a suficiência do montante requerido para assegurar a viabilidade econômico-financeira da operação ao banco BRB, o que encontra óbice estatutário ao Fundo Garantidor.

4. O Fundo Garantidor não é uma instituição financeira. Sua atribuição basilar é prestar garantias aos depositantes e investidores de instituições.

Cabe destacar ainda que tais operações costumam ter como objetivo viabilizar a saída organizada de mercado ou troca de controle de instituição frágil, remédios fundamentais para mitigação do risco moral que emerge de tais medidas.

Portanto, este documento demonstra claramente que a governadora do Distrito Federal não falou a verdade. Ela ataca o governo federal, dizendo que é o governo federal que está impedindo o empréstimo por parte do Fundo Garantidor, quando, na verdade, o que acontece é que o Governo do Distrito Federal não fez o dever de casa, não cumpriu com as suas obrigações.

Quando a governadora, na porta do Banco Central, deu uma entrevista dizendo que estava tudo resolvido, era mais um balaio de ilusão, porque não havia absolutamente nada resolvido.

Está aqui o documento do Fundo Garantidor, dizendo que não há nada encaminhado, dizendo que o empréstimo não está para ser concedido. No entanto, há uma situação mais grave: quem está, até então, mantendo o BRB ainda vivo é o BTG Pactual – anotem o que eu estou dizendo –, é o André Esteves, que é um banqueiro que gosta de ganhar dinheiro. Ele está colocando dinheiro no BRB, mas não é para fazer favor ao BRB. Ele coloca dinheiro no BRB e, em troca disso, está comprando as carteiras do BRB na bacia das almas, está comprando por valores insignificantes. Quem está tendo prejuízo é a população do Distrito Federal, quem está tendo prejuízo é o erário. Mentiram para a população dizendo que tinham salvado o Banco de Brasília. É mentira! O banco não foi salvo.

Quem está ganhando com isso é o BTG Pactual – repito –, que está comprando as principais carteiras do Banco de Brasília por preços insignificantes. É a população do Distrito Federal que vai pagar o preço de tudo isso.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, líder da Minoria e companheiro do Partido dos Trabalhadores, com muito orgulho.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, primeiro, boa tarde. Boa tarde, em especial, à Defensoria Pública, que se faz presente nas galerias.

Presidente, parece que o governo, ou a base do governo, mudou de ideia sobre a Defensoria, e isso chama muito a atenção, já que esta Câmara Legislativa fez um esforço pela pauta dela.

Quero parabenizar não só o defensor público-geral, mas também a associação que representa os servidores da Defensoria Pública, que todos os dias estão percorrendo os gabinetes para conversar com os parlamentares, porque foi aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 21/2026. Nós não estamos entendendo o que mudou! O governo precisa vir a esta casa explicar publicamente – a base do governo também não está comparecendo às sessões – qual o entendimento que o governo deixou de ter, porque parece que a base do governo, ou o governo de Celina, não quer fortalecer nem garantir a autonomia da Defensoria Pública.

Nós estamos aqui e continuaremos vindo para que haja 15 parlamentares presentes, a fim de alcançarmos o quórum e votarmos imediatamente o segundo turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 21/2026.

Quero formular essa questão de ordem a vossa excelência que preside hoje a sessão e deixar registrado que, em todas as sessões, daqui para a frente, se alcançarmos 15 parlamentares, nós pararemos e votaremos, de maneira urgente, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 21/2026, para fazer justiça à Defensoria Pública.

Presidente, quero reproduzir o áudio de uma entrevista da governadora Celina Leão após o primeiro debate da Band, no domingo. O jornalista perguntou quando seria publicado o balanço do BRB.

(Apresentação de áudio pelo celular.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – A governadora Celina chamou de burros aqueles que estão pedindo a publicação do balanço do BRB. Porém, no dia 6 de agosto, o FGC enviou esta nota. Vou ler alguns trechos:

2 – Registramos, de início, que o Fundo Garantidor de Créditos, FGC, até o momento não recebeu, quer por parte do GDF, quer por parte do BRB, a totalidade das informações necessárias à análise do pleito apresentado ao FGC pelo BRB, com destaque para as demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício de 2025 e, a este tempo do corrente exercício, também há demonstrações financeiras auditadas do primeiro semestre de 2026.

Trata-se de documentação essencial à avaliação da situação econômico- financeira da instituição associada e, por conseguinte, à adequada apreciação do pleito formulado.

3 – Sem que a análise possa ser concluída pelo FGC, o fundo se encontrará impedido de atestar a suficiência do montante requerido para assegurar a viabilidade econômico-financeira da operação ao Banco BRB, o que encontra óbice estatutário ao FGC.

Parece que burro não é quem está cobrando o balanço, governadora Celina! Aliás, não se trata de burrice, mas de respeito e cumprimento das leis, que, ao que me parece, a governadora esquece, ignora e rasga. Ela não tem respeito algum pela legislação, pela cidade nem pelo patrimônio desta cidade.

Senti que a governadora perdeu um pouco a linha ao chamar de burro quem quer o balanço. Não é burrice, governadora! Exigir o balanço é o mínimo sinal de respeito por parte de quem se atreve a querer governar o Distrito Federal. Quem esconde o balanço, quem mente deliberadamente e quem ataca os adversários para tentar esconder o roubo do BRB, a fraude que fizeram, não tem, deputado Ricardo Vale, a menor condição nem legitimidade moral para se candidatar ao Governo do Distrito Federal e governar esta cidade, porque não tem respeito pelas instituições. Nós estamos vivendo o caos na cidade.

Ontem denunciemos, em primeira mão, o golpe contra o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que acontece desde 1965, logo após a inauguração de Brasília, deputado Ricardo Vale. É um festival que hoje é patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal e que só não ocorreu, deputado Ricardo Vale, durante a ditadura militar, porque, em 1971, um filme do Vladimir Carvalho foi censurado e não pôde participar do festival. Em protesto à censura, a comissão de seleção do festival não o realizou. É isto que é o governo Celina Leão: o governo da ditadura. É o governo da censura, é o governo do roubo da cidade, não tem dinheiro para pagar um festival de cinema.

Porém, algo me chama a atenção, deputado Ricardo Vale. A governadora gosta de atacar a oposição, mas nós destinamos uma emenda para o festival de cinema, ou seja, há dinheiro, há recurso destinado pelo nosso mandato, é só a governadora liberar o recurso; mas ela bloqueia, porque ela é inimiga da democracia, ela é amiga do autoritarismo, ela exerce sobre o parlamento o "toma lá, dá cá". Mas, agora, parece que a base também está abandonando a governadora. Nós pedimos, no mínimo, que seja desbloqueada a emenda.

O festival vai acontecer – com ou sem o Governo do Distrito Federal –, porque a cultura é resistência, porque a cultura é memória e a cultura não vai se curvar.

Eu quero encerrar, presidente, pedindo para exibir 2 telas que ilustram a bagunça deste governo e como os amigos do Governo do Distrito Federal têm tudo e não falta dinheiro para eles. Se possível, eu queria que projetassem na tela 2 imagens que nós destinamos.

(Apresentação de imagem no telão.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, está aí o *ranking* das empresas mais beneficiadas por renúncia fiscal no Distrito Federal. Nós aplicamos e mostramos todas elas. Essa é a lista que o GDF esconde.

No ano passado, 2025, foram R\$13,5 bilhões de renúncia fiscal para os amigos do governo. Nós estamos exibindo no telão uma parte da lista, mas no nosso sítio eletrônico está disponibilizada a lista completa.

Eu vou ler rapidamente, presidente. Em primeiro lugar está uma empresa chamada Viva Comércio e Importação LTDA, um atacadista de materiais da saúde. Só no ano passado ela teve de isenção fiscal pelo “Bolsa Empresário”, deputado Ricardo Vale, R\$942 milhões, quase R\$1 bilhão. É o valor do Bolsa Família inteiro para o Distrito Federal! Alguns vêm aqui reclamar do Bolsa Família, mas o “Bolsa Empresário” para uma empresa amiga do governo está tudo bem!

Eu vou ler o quinto lugar, que me chama a atenção: Centro-Oeste Comercial de Alimentos LTDA – para quem conhece, é o supermercado Tatico –, R\$279 milhões de benefício fiscal.

A lista completa está divulgada no que nós lançamos como “beneficiômetro” do DF. Já estamos sendo atacados, deputado, por setores que dizem que nós estamos atacando o benefício fiscal, pois dizem que é o setor que gera emprego. Qual é a geração de emprego dessas empresas? Eu pedi à Secretaria de Economia esses dados, mas ela não respondeu ao nosso requerimento. Nós, então, fizemos uma conta: R\$13,5 bilhões, que foi a renúncia fiscal do ano passado, dariam para gerar, deputado Ricardo Vale, 492.960 empregos no Distrito Federal pagando um salário mínimo. Sabe qual é o número de desemprego na cidade? É de 125 mil. Ou seja, poderíamos gerar 125 mil empregos, ninguém desempregado, pagando 4 vezes o salário mínimo.

“Bolsa Empresário” e benefício fiscal para os amigos, qual é a contrapartida disso para a sociedade? Enquanto isso, a cidade está paralisada, as obras não funcionam, a cultura não tem dinheiro, as entidades sociais não estão recebendo, o caos instalado na saúde e agora a nossa educação em último lugar do país.

O governo Celina Leão é uma vergonha! O governo Celina Leão e Ibaneis Rocha roubaram esta cidade. Eles mentem para o Distrito Federal, mentem para os órgãos de controle e querem chamar adversários políticos de burros. A população do Distrito Federal não é tola, não é burra, deputado Ricardo Vale, e não se deixará enganar pelas mentiras contadas por esse governo. Ela está dizendo que está no governo há apenas 4 meses, mas Celina é Ibaneis. Celina Leão faz parte do governo amigo dos ricos, inimigo da população.

Nós vamos continuar cobrando, deputado, que a Secretaria de Economia responda aos requerimentos, pois nós queremos saber isto: se há R\$13,5 bilhões de renúncia fiscal, qual é a contrapartida dessas empresas para o Distrito Federal, para geração de emprego, geração de renda, desenvolvimento econômico e social da nossa cidade? Não há essas informações. Nós abrimos a caixa-preta do “Bolsa Empresário”.

Nós vamos cobrar até o final qual é a contrapartida que eles estão recebendo.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Parabéns pelo levantamento apresentado. Realmente é preocupante essa situação.

Encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para comunicado.) – Boa tarde, presidente palmeirense. Boa tarde a todos. Estou vendo o pessoal da Defensoria. Nós temos caminhado há muitos anos ao lado da Defensoria, até como enfermeira e sindicalista.

Eu tenho falado muito para o Roberto e para todos vocês que eu penso que é dever desta casa deixar como legado para o Distrito Federal vocês conseguirem, inclusive, planejar e ajudar quem mais precisa com essa disputa do orçamento, que é tão difícil para vocês. Todo ano vocês da Defensoria passam por essa humilhação em ter o mínimo para ajudar as pessoas. Nós vamos passar, a Mesa vai passar, o Executivo vai passar, mas a Defensoria Pública do Distrito Federal ficará.

A Pelo nº 21/2026 não é uma sinalização para os defensores, para os estagiários, para os voluntários, mas é uma sinalização para o Distrito Federal. Se política é conseguirmos cuidar de quem precisa, com equidade, inclusive, a Defensoria precisa, sim, ter condições de fazer essa ação, e isso passa pelo orçamento. Nós falamos que as prioridades são a saúde, a educação, é cuidar de quem precisa. Nós vemos isso na hora do orçamento. A disputa do orçamento mostra qual é a prioridade. Então, nós estamos aqui para lutar por vocês e pela Pelo nº 21/2026.

É meio revoltante, presidente, nós vemos aqui o que o deputado Gabriel Magno traz, nesse momento em que nós estamos passando por uma verdadeira situação de zona de guerra na saúde; vemos, por exemplo, montantes de recursos de isenção fiscal para os grandes empresários. Isso não é política de verdade, isso não é prioridade.

Venho fazer um desabafo e uma cobrança, principalmente nas nossas últimas visitas... E também já registro que, infelizmente, mais uma vez, uma colega nossa foi agredida nesta semana, uma enfermeira, uma colega, uma enfermeira obstetra do Hospital de Samambaia, que está não só com marcas no rosto, no colo, com os óculos quebrados, além da situação psicológica pela qual nós temos passado.

Nós temos lutado muito e temos mostrado que é impossível nós falarmos, por exemplo, de absenteísmo. E eu fico bem chateada, bem revoltada e sou a voz dos servidores, porque é muito fácil o secretário de saúde ou o executivo falar assim: "Ah, deputado, mas o absenteísmo da saúde é muito alto". O absenteísmo da saúde não é alto. O que é alto, o que ocorre muito, o que acontece demais é a forma como nós estamos trabalhando sem condições, inclusive, de segurança e sem nenhuma perspectiva de condição de trabalho. Hoje faltam quase 40 mil servidores na rede.

Na minha última visita à Ceilândia, pasmem, gente, vi que estão morrendo pessoas que não precisam morrer. Essa é a realidade. Como nós trabalhamos assim no dia a dia? Na minha última visita à Ceilândia, havia um médico para todo o pronto-socorro; para atender a porta, atender os pacientes internados no corredor, atender a ala vermelha e a ala amarela, havia 2 enfermeiros para isso tudo. Havia pouquíssimos técnicos de enfermagem para isso tudo. Pasmem!

Eu faço aqui uma denúncia. Sabe o que está acontecendo? Muitas vezes, a enfermagem está repetindo a receita, mas isso não pode ser feito, porque o médico não consegue prescrever. Nós repetimos a receita por 2, 3 dias. Gente, é criminoso o que está acontecendo, além do desgaste psicológico. Se formos parar para pensar, o servidor não tem um fluxo de atendimento, e nós estamos brigando por isso.

Pedimos que fosse feito um estudo, um levantamento, mas isso não foi feito. Nós usamos recurso parlamentar para fazer uma pesquisa pelo Instituto de Pesquisa do Distrito Federal, e ela mostrou que pelo menos 70% de todos os profissionais de saúde sofreram ou sofrem violência no seu ambiente de trabalho, o que é subnotificado. Outra luta nossa é que esse caso seja de notificação, mas não é.

Pedimos que fosse feito um relatório anual de vitimização dos profissionais, para que a secretaria apresentasse os dados e o que ela fez em relação à prevenção desses casos. Como vamos

nos prevenir? O que foi feito com esses servidores? Eles tiveram acompanhamento psicológico? Tiveram apoio jurídico? O que foi feito com esses servidores?

O relatório foi vetado. Há vícios de iniciativa? Por que não encaminham um projeto para podermos ter esse dado? Porque é mais fácil esconder o dado. Porque, se houver o dado, temos que fazer política pública em cima dele.

Nós protocolamos uma lei que fala um pouco sobre isso e para a qual peço a ajuda dos colegas. Ela foi sancionada, e nós vemos como um avanço essa luta pela sanção desse projeto, que estabelece o programa de segurança integral aos profissionais de saúde do Distrito Federal. Ele é importantíssimo, porque estamos pedindo que sejam tomadas medidas que possam assegurar a proteção física, psicológica e institucional, porque passamos por uma segunda violência, que é a institucional, já que não há fluxo definido. Que haja esse fluxo e também um projeto feito pela Subsaúde para prevenção.

Hoje, nós não sabemos o que é saúde do trabalhador dentro da Secretaria de Saúde. O que falam para nós é que tudo é feito pela Subsaúde, que está ligada à Economia, e nunca mais ouvimos falar de saúde mental para os trabalhadores. Aí querem falar conosco sobre absenteísmo? Como não adoecer em um ambiente, pessoal, onde há 1 enfermeiro para 90 pacientes? É impossível não adoecer.

Então, eu faço esse registro. Essa colega não está sozinha. Nós temos acompanhado esse caso. Muitas vezes, o sindicato, por exemplo, o dos enfermeiros, tem sido parceiro para fazer o acompanhamento jurídico. Tem de haver apoio a instituições para dar o apoio mental, porque não há isso na secretaria, até porque não há psicólogo nem para atender os pacientes psiquiátricos diagnosticados. Não há. Faltam centenas de psicólogos na rede, porque não se faz concurso há muitos anos.

Quero deixar esse registro. Vamos continuar lutando. Lutar pelo servidor não é uma luta corporativa; lutar pelo servidor é lutar por quem precisa, por quem vai ter um atendimento digno e seguro.

Fazemos um apelo ao Governo do Distrito Federal para que se sente conosco e regulamente essa lei, que pode fazer muita diferença, inclusive no absenteísmo que eles mostram para nós, que é culpa do próprio Executivo.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Dando continuidade ao comunicado de parlamentares, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Presidente, nós estamos vivendo uma situação dramática com relação aos trabalhadores terceirizados da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Há uma empresa chamada Gplan – uma empresa chamada Gplan, repito o nome – que faz o serviço de higienização dos hospitais. A data de pagamento desses trabalhadores é no quinto dia útil do mês. Eles estão até hoje, deputado Ricardo Vale, sem receber salário e ainda estão trabalhando.

Pense em uma mãe de família. A maioria são mães, porque o marido... O homem é bicho desgraçado, faz um monte de filho, vai embora e deixa a mulher sozinha cuidando dos filhos. Essa mãe de família trabalha, dá um duro danado, mas, na hora de receber, não há pagamento. Dezenas delas me ligaram sábado, domingo e segunda-feira. Hoje, estão me ligando para falar sobre o atraso de pagamento.

Eu falei com a Gláucia, da Secretaria de Saúde, e ela me informou que a empresa havia dito que tentaria obter um empréstimo para pagar essas trabalhadoras. Pelo visto, a empresa não conseguiu o empréstimo ainda, pois o pagamento não foi efetuado.

Mas não são só esses casos. Há uma outra empresa que faz a alimentação dos pacientes no Hospital do Paranoá que também não pagou os salários. As trabalhadoras e os trabalhadores estão sem receber os salários e continuam trabalhando, mesmo sem receber salário.

Portanto, é grave a situação que esses trabalhadores estão vivendo. Essa é a demonstração clara de que o Distrito Federal está quebrado. E já se avizinha uma possível paralisação dos rodoviários.

Eu conversava agora com o João Osório, que é o tesoureiro do Sindicato dos Rodoviários, e ele me dizia que, quando chegar o dia do pagamento dos rodoviários, se não pagarem o salário, a greve dos rodoviários do Distrito Federal será de imediato. E terão toda a minha solidariedade.

O governo mandou um projeto de remanejamento de crédito, dizendo que é para pagar os rodoviários. Espero que tudo seja esclarecido para que, na terça-feira, possamos votar este projeto. Esses trabalhadores, que são operadores do sistema de transporte do Distrito Federal, que eu acompanho há muito tempo, vossa excelência também, deputado Ricardo Vale, não podem ficar sem salário. Nós sabemos do compromisso que eles têm com a população. O mínimo a ser feito é dar tranquilidade a essas trabalhadoras e esses trabalhadores. É na prática que demonstramos quem efetivamente está ao lado dos trabalhadores.

Em 1985, quando foi feita a primeira greve dos rodoviários do Distrito Federal, eu era presidente da CUT e estava, na frente, na luta pelo bem-estar desses profissionais. Nunca mudei de lado. Continuo ao lado deles. E se não sair o pagamento, estarei na greve junto com eles.

Eu espero, efetivamente, que o governo encaminhe o projeto, que faça todos os esclarecimentos para que o votemos na terça-feira. Dessa forma, esses trabalhadores poderão receber o salário, porque o trabalhador só vive do salário. Ele não tem outra coisa para negociar, para vender, só vive do salário.

Eu acho, presidente deputado Ricardo Vale, que se atrasassem o salário dos deputados, talvez algum deputado faria greve também. Mesmo sem salário atrasado, eles não estão vindo. Imagine se o atrasassem?

Fica a reflexão.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, vossa excelência tem razão.

Eu me lembro de que no ano passado, quando discutíamos aqui a LOA, eu fiz um pronunciamento dizendo que o que o governo destinava para a mobilidade não seria suficiente para honrar os compromissos com as empresas e muito menos com os salários dos trabalhadores. Eu dizia que o próprio governo já deveria colocar previsão orçamentária porque todo ano é a Câmara Legislativa que tem que aprovar subsídio e mais subsídio.

Já sabemos que o transporte coletivo de ônibus do Distrito Federal gasta muito mais de um R\$1 bilhão há muito tempo. Por isso, muitos de nós defendemos a tarifa zero, como vossa excelência falou, deputado Max Maciel, porque o que investimos em subsídios, de dinheiro público, dinheiro do povo do Distrito Federal, é suficiente para implementarmos a tarifa zero no Distrito Federal.

Eu falava: "Se o governo já sabe que vai gastar mais de um bilhão de subsídio, por que ele já não coloca isso no orçamento?"

Todo ano temos que aprovar R\$300 milhões, R\$400 milhões, agora chegou aqui R\$500 milhões em subsídios. Tem que pagar mesmo, tem que se aprovar mesmo, porque não tem como deixar as empresas pararem e deixar o prejuízo para a população. Vamos deixar de pagar o salário dos rodoviários, dos trabalhadores? Não vamos. Então, paciência.

Agora o governo tem que ter coragem de colocar logo no orçamento o que ele gasta anualmente e não ficar empurrando para a Câmara Legislativa subsídios e mais subsídios, achando que os deputados estão aprovando, principalmente agora, em ano eleitoral, às vésperas de uma

eleição, um subsídio desse aporte.

Portanto, é preciso que o Governo do Distrito Federal tenha coragem de colocar isso no orçamento. Nós vamos discutir a LOA agora, nos próximos meses, nos próximos dias. O governo vai mandar o texto para cá. Nós temos que ter a coragem de sugerir que o governo coloque logo R\$2 bilhões no orçamento para as empresas e que aprove logo a tarifa zero, porque aí nós já resolvemos tudo isso e paramos com essa demagogia toda. Eles ficam empurrando para a Câmara Legislativa um orçamento que deveria ser do próprio governo.

Era isso.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, deputados, deputadas, eu queria dizer a vossa excelência que estive presente no debate dos candidatos ao Governo do Distrito Federal que aconteceu nesse domingo, e me impressionou muito a mentira sendo generalizada, especialmente sobre a situação do BRB.

Eu quero fazer esse registro porque me parece que a tentativa de enganar a população está prosperando. As pessoas estão tentando fazer isso de qualquer forma, sem transparência, sem trazer nenhuma informação, sem nenhum dado. Elas estão mentindo que vão salvar o Banco de Brasília. A cobrança da população é sobre as informações do BRB. A população quer saber o que de fato está acontecendo, porque o Governo do Distrito Federal prometeu uma série de medidas, e nenhuma delas saiu do papel.

Chamou-me a atenção a cara de pau do Governo do Distrito Federal, representado ali pela governadora que está em exercício, em relação a esse tema. Eu faço esse registro porque nós, que estávamos ali, ficamos muito impressionados com a cara de pau dela de falar desse tema como se ela fosse a salvadora do BRB. Ela teve a coragem de dizer: "Eu entrei e estou salvando o BRB", e fingiu que não está há 4 anos como parceira de chapa do ex-governador Ibaneis Rocha.

Presidente, eu queria também tratar de outro tema para fazer um registro importante, que é a defesa da cultura. Nós estamos vivendo hoje um contingenciamento do orçamento do FAC, que é o Fundo de Apoio à Cultura. A cultura é uma política pública fundamental, ela não é apêndice, não é secundária, ela é muito importante.

Quando falamos de cultura, estamos falando de toda uma estrutura de pessoas da arte, do audiovisual, do teatro, dos eventos, de muita coisa que acontece nesta cidade e que não pode ficar parada. Nós sempre defendemos a cultura, eu e vossa excelência, inclusive destinando emendas parlamentares para fortalecer a cultura no Distrito Federal, como o deputado Max Maciel e o deputado Gabriel Magno que estão aqui.

No entanto, o governo está contingenciando os recursos da cultura, provavelmente naquele mesmo espírito de contingenciar o orçamento para deixar o caixa funcionando como se o BRB tivesse liquidez. Deve ser esse o objetivo. Mas, ao mesmo tempo em que ele faz isso, ele esvazia os projetos culturais desta cidade. Quem paga essa conta são os trabalhadores da cultura, porque nós estamos falando de vidas de pessoas que trabalham pela cultura no Distrito Federal e que estão abandonadas.

A governadora havia anunciado, antes, o cancelamento do Festival de Cinema de Brasília, que é um festival tradicional, com 60 anos, referência do audiovisual para o DF e para todo o Brasil. Ela depois recuou, voltou atrás. Que bom que a pressão popular funcionou, mas nós não podemos permitir que, no apagar das luzes deste governo, que é muito ruim para o Distrito Federal, eles consigam atropelar e destruir a cultura. Além de já estarem destruindo outras políticas públicas fundamentais, como a saúde, de que nós temos falado aqui, além de terem feito o que fizeram com o BRB, agora vão destruir a política pública cultural desta cidade? Os agentes culturais não podem permitir isso. Eles estão em vários campos políticos, têm diferentes bandeiras partidárias, mas a cultura não pode parar.

O governo não pode contingenciar mais recursos da cultura no Distrito Federal. Liberem o FAC. Assim como aconteceu com a realização do Festival de Cinema de Brasília, espero que a governadora, por meio da Secretaria de Cultura, possa liberar os recursos do FAC, para que nós possamos ter os eventos, as atividades previstas, até porque as pessoas se submeteram ao edital, têm projeto aprovado, já tramitando na Secretaria de Cultura, e querem ter acesso ao recurso para colocar a cultura para rodar nesta cidade, porque cultura é fundamental.

Eu queria fazer esse registro e esse pedido hoje a vossa excelência.

Eu quero também falar sobre essa situação do repasse milionário que o governo mandou para as empresas de ônibus. Isso é vergonhoso por 2 motivos.

O primeiro deles é que, se o governo quer repassar R\$500 milhões para as empresas de ônibus, poderia ter previsto esse valor no orçamento. Não há novidade aí. O governo poderia ter tido previsibilidade para incluir no orçamento de 2026 aquilo que vai gastar com as empresas de ônibus.

Sou defensor de todos os trabalhadores, inclusive dos trabalhadores do sistema de transporte. Quero que eles recebam o salário em dia. Isso é obrigação das empresas. Mas sabemos que a falta de auditoria e a falta de transparência nas contas das empresas de ônibus fazem com que desconfiemos, e muito, do valor que é repassado para essas empresas. Na minha opinião, há muita gordura nessas empresas, hoje, como já comprovado por uma CPI que aconteceu nesta casa e por auditorias que o Ministério Público já realizou, inclusive pedindo uma nova licitação das contas relacionadas ao transporte.

Agora o governo quer repassar meio bilhão para as empresas de ônibus, e de onde vai sair esse dinheiro? Da securitização da dívida, que, basicamente, é venda de patrimônio. Esse é um dinheiro que não poderia ser utilizado para pagar despesa corrente. É dinheiro que deveria ser destinado a investimento.

Lá atrás, a governadora disse que usaria o dinheiro da securitização para quê? Vocês lembram? Para cobrir o rombo do BRB. E agora estão querendo repassar esse recurso para as empresas de ônibus do DF, sem explicação nenhuma. Não temos transparência de dados em relação a isso.

Esse projeto não pode ser aprovado da forma como está porque já é absolutamente ilegal, uma vez que esse tipo de recurso não pode ter essa finalidade. Digo isso porque defendo os trabalhadores. Nossa prioridade é pagar o salário dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, a população cobra um transporte de qualidade, e nós queremos transparência, sem que haja repasse de dinheiro para empresas de forma não prevista no orçamento.

Não vou defender cegamente o projeto do governo relativo ao repasse de R\$500 milhões para as empresas. Defendo os trabalhadores até o fim, mas também defendo transparência no transporte. Não quero aprovar projetos como esse. Por isso, já votei contra muitos desses repasses para encher o bolso desses grandes empresários, desses magnatas do transporte público que operam no DF e em todo o Brasil, enganando a população e o poder público. É assim que eles operam.

Não posso aplaudir esse tipo de medida encaminhada pelo Governo do Distrito Federal, nesse contexto. Mais do que isso, também não vou aplaudir essa medida que, mais uma vez, eles enviam para esta casa, especialmente pela fonte de onde o recurso sai, que é a securitização da dívida.

É o patrimônio da população do DF mais uma vez sendo queimado com algo que não estava previsto no orçamento público desta cidade. Não vamos votar essa matéria hoje, mas que fique o alerta para a população do Distrito Federal sobre o que está sendo feito aqui.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, apenas para fazer mais uma cobrança.

Na semana passada, já havíamos dito que a política de educação do governo Celina Leão é um desastre. Saiu o resultado do Ideb, que, obviamente, apresenta vários problemas. Agora a secretária saiu e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal está sem comando. A governadora indicou, ao que parece, alguém que odeia a gestão democrática e os servidores públicos. Tenho dito que quem precisa ser trocada é a governadora e não a secretária de Educação, que é a pior da história do Distrito Federal.

Quero cobrar aqui, presidente, o seguinte: desde o semestre passado, estamos oficiando o governo a respeito do decreto de ação do Governo do Distrito Federal para este período de seca. Tivemos ontem o dia mais quente do ano no Distrito Federal. Hoje houve, inclusive, um incêndio próximo à UnB de Ceilândia, a FCE, e não há, no protocolo publicado pelo Governo do Distrito Federal, os procedimentos para a educação. O governo esqueceu a Secretaria de Educação. Qual é o protocolo para os dias de seca e de calor extremo para a secretaria, que atende a 500 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos todos os dias?

Então, fica aqui o registro de que esta foi a semana do dia mais quente do ano no Distrito Federal e que nós já começamos a ver os impactos da seca e das queimadas, bem como escolas abandonadas, sem gestão, sem secretário e sem nenhuma política para nossas crianças, estudantes, professores e profissionais da educação.

Vou deixar aqui esse registro. Nós vamos continuar cobrando que se tenha e se adote um protocolo de preservação dos trabalhadores da educação e dos estudantes da rede pública de ensino.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Consulto se algum deputado deseja fazer uso da palavra.

Não havendo mais oradores inscritos, passamos à ordem do dia.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Como não há quórum para deliberação, declaro encerrada a presente sessão. Boa noite a todos e todas.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de sites governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

BTG Pactual – Banking and Trading Group Pactual
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAC – Fundo de Apoio à Cultura
FCE – Faculdade de Ceilândia
FGC – Fundo Garantidor de Créditos
GDF – Governo do Distrito Federal
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LOA – Lei Orçamentária Anual
Pelo – Proposta de Emenda à Lei Orgânica
PLe – Processo Legislativo Eletrônico
PNAB – Política Nacional Aldir Blanc

Subsaúde – Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho
UnB – Universidade de Brasília

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 14/08/2026, às 11:51, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: 2797032 Código CRC: 41882551.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00031127/2026-90

2797032v3